



II SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Biomass do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais

O PNAE E A LUTA CONTRA A FOME: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SALINAS, MG

Claudineide Maria dos Santos^{1*} e Luciana Canário Mendes²

¹IFNMG—Campus Salinas; ²UNEB

*Autor correspondente: claudineide.santos@ifnmg.edu.br

Resumo: Este estudo, em desenvolvimento como parte do Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), investiga o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sob uma perspectiva histórica e legal. O foco recai sobre a implementação e os impactos locais, especialmente em um contexto de desigualdades socioeconômicas, as quais descortinam a fome enfrentada pela população de Salinas—MG. Dados do Cadastro Único indicam que, entre as 10. 711 famílias registradas até outubro de 2024 no município de Salinas, 4. 567 vivem em situação de extrema pobreza, corroborando a relevância do PNAE como uma estratégia no combate à fome. Nesse ínterim, este trabalho intenciona trazer à luz os impactos gerados pelo PNAE no cotidiano de uma instituição escolar pública do município de Salinas—MG. Para isso, foi adotada uma abordagem qualitativa, com a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas a diversos atores da comunidade escolar, como pais, merendeiro(a) e nutricionista, além de análise documental. Os resultados preliminares revelam que os valores *per capita* diários por aluno, repassados por meio do PNAE (R\$ 0,41 para a Educação de Jovens e Adultos; R\$ 0,50 para o Ensino Fundamental; R\$ 0,86 para as Escolas Quilombolas; R\$ 0,72 para a pré-escola; R\$ 1,37 para as creches e R\$ 0,68 para o Atendimento Educacional Especializado) suscitam uma reflexão quanto à (im)possibilidade de assegurar o acesso à alimentação e nutrição adequadas. Em contraste, a análise das declarações dos pais ou responsáveis pelos alunos sugere que a alimentação escolar exerce influência positiva sobre a saúde dos alunos, especialmente no aumento do peso corporal nos parâmetros desejáveis, além de contribuir para a melhoria do rendimento escolar. Conquanto, este cenário positivo só é possível mediante o complemento fornecido pela Prefeitura Municipal de três vezes o valor *per capita* repassado por meio do PNAE. Em síntese, este estudo de caso indicou que o PNAE constitui uma ferramenta fundamental no combate à fome, tornando-se uma alternativa ao abismo social em que vivemos. Todavia, a escassez de reajustes nos seus valores tende a impactar a efetividade da sustentabilidade alimentar e segurança nutricional, acarretando o alargamento da divisão social.

Palavras-chave: Divisão social, Merenda escolar, Políticas públicas, Sustentabilidade alimentar.